

## A CARATERIZAÇÃO GENÉRICA DOS EDITORIAIS PRATICADOS PELO JORNAL DO BRASIL E PELO CLARÍN NOS SÉCULOS XX E XXI

Lucineudo Machado Irineu  
Maria Margarete Fernandes de Sousa

### Introdução

Este artigo é um recorte de tese de doutorado (IRINEU, 2014) que investigou a trajetória histórica do ethos que os enunciadores dos Jornais do Brasil e do Clarín projetaram em editoriais publicados no Brasil e na Argentina que tratam de temas da latinidade da América Latina, no período de 1945 a 2014. Assim, neste artigo, revisitamos alguns conceitos centrais que julgamos necessários à caracterização genérica dos editoriais praticados pelos referidos periódicos nos séculos XX e XXI, a partir dos postulados seminais de Bakhtin (1997 [1953]) e Maingueneau (2008), dentre outros teóricos e pensadores que se debruçaram sobre o estudo destas formas relativamente estáveis de enunciados que compõem o sistema simbólico de interação nas mais diversas esferas da atividade humana. Tal caracterização se ancora em categorias como instituições, enunciadores, ritos genéricos etc., elencadas na referida tese de doutorado, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará<sup>1</sup>.

---

1 Referimo-nos à tese *Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI: vestígios de mudança e traços de permanência* defendida em 2014 sob a orientação e a co-orientação, respectivamente, da Profa. Dra. Maria Margarete Fernandes de Sousa e da Profa. Dra. Mônica Magalhaes Cavalcante. A tese contou ainda com a colaboração da Profa. Dra. Guiomar Elena Ciapuscio, da Universidade de Buenos Aires, que

Para este recorte, discutimos, sucintamente, concepções de gêneros discursivos, mais especificamente, as defendidas por Bakhtin e Maingueneau, para quem gênero e linguagem estão ligados às atividades humanas. Além da concepção de gênero, nos detemos mais particularmente à discussão do gênero editorial para o que nos debruçamos nos exemplares analisados, em busca de sua caracterização. Neste estudo, defendemos o *status* genérico do editorial, cujas tradições discursivas se mostraram recorrentes ao longo do período investigado, com apoio nos documentos, ou seja, nos textos analisados. Essa condição nos autoriza a encarar os editoriais como gêneros discursivos da esfera jornalística que compõem uma tradição.

Passemos à discussão dos pontos mencionados.

### **1. Gêneros discursivos: os requisitos conceituais propostos por Mikhail Bakhtin e Dominique Maingueneau**

Sabe-se que o célebre Círculo, composto por diversos pensadores que atuavam na Rússia dos primeiros anos do século XX, teve como seu maior representante Mikhail Bakhtin, filósofo nascido em novembro de 1895, na pequena cidade de Oriol, ao sul de Moscou. Bakhtin, como é conhecido até hoje, diplomou-se na Universidade de São Petersburgo. Ao lado de representantes intelectuais da época, o referido teórico talvez nem imaginasse que seu pensamento serviria de base para as mais diversas áreas do conhecimento dos séculos XX e XXI, em especial para os estudos da linguagem.

Bakhtin (1997 [1953], p. 261) advoga que “todos os campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” para afirmar que os enunciados (orais e escritos, concretos e únicos) refletem as condições e as finalidades de cada campo de atuação humana em face da dimensão que apresentam em termos de con-

---

atuou como supervisora de estágio supervisionado no exterior. O trabalho completo encontra-se disponível em: <[http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12362](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12362)>

teúdo temático, estilo e estrutura composicional. Assim, conceituais fenômenos de linguagem como “tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 262), presentes nas mais simples e nas mais complexas formas de comunicação.

Em sua concepção dialógica, o teórico organiza os gêneros em dois grandes grupos: os primários e os secundários, caracterizados, respectivamente, por serem produzidos nas situações corriqueiras de comunicação, com forte predomínio, em geral, da oralidade, e por serem produzidos em situações mais formais de enunciação, nas quais se exige do interlocutor uma ação de linguagem mais elaborada. São exemplos de gêneros primários uma conversa e um telefonema. São exemplos de gêneros secundários os das esferas jornalística e literária, tais como notícias e reportagens, contos e romances. Assim, o editorial, gênero sobre o qual nos debruçamos no presente estudo, encontra-se no grupo dos gêneros secundários.

Hoje, podemos afirmar que o estudo destes enunciados é de fundamental importância para praticamente todos os campos da Linguística e de diversas outras áreas do conhecimento, uma vez que, como afirma Bakhtin (1997 [1953], p. 265), “a língua passa a integrar a vida através dos enunciados concretos”, do mesmo modo que passa a integrar, a nosso ver, a história e a cultura dos povos, pois “os enunciados e seus tipos, isto é, os gêneros discursivos, são correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 265).

Se nos reportamos aos princípios caracterizadores dos gêneros discursivos, com base no pensamento bakhtiniano, chegamos: (i) à dimensão destes enunciados em se tratando de tema (conteúdo temático, ou seja, o assunto de que tratam), de estilo (ou seja, os recursos de linguagem pelos quais se caracterizam, como léxico, utilização de dados itens gramaticais, textuais e discursivos) e de estrutura composicional (isto é, modos pelos quais os textos se organizam e se estruturam em termos retóricos); (ii) à sua condição

de evento em que os enunciadores envolvidos (enunciadores e coenunciadores) assumem uma ativa posição responsiva, ou seja, assumem uma postura constitutivamente dialógica de interação na/pela linguagem; e (iii) à sua inserção em uma situação de enunciação concreta, em dado tempo e espaço.

Bakhtin (1997 [1953]), ao tomar a oração como unidade da língua em distinção ao enunciado como unidade da comunicação discursiva, compreende que esta distinção se dá em termos do contexto em que tais elementos (oração e enunciado) estão circunscritos. Diferentemente da oração, o enunciado se relaciona com o contexto extraverbal (situação, ambiente, história) e com o contexto de produção, sempre em diálogo com outros enunciados. Logo, a oração se relaciona com o contexto verbal, aquele circunscrito na língua, no sistema linguístico. Os gêneros, por sua vez, mostram-se como formas plásticas suscetíveis à mudança. Assim como a língua, que não é estática, os gêneros também “movimentam-se”, modificam-se para atender às exigências da sociedade na qual se insere, ou seja, aos propósitos comunicativos. Como defende, com propriedade, Swales (1990, p. 58):

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e, portanto, constituem a razão do gênero.

Se, de fato, “em cada época e em todos os campos de vida e da atividade, existem determinadas tradições expressas e conservadas em vestes verbalizadas” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 294), e se tomamos o elemento expressivo como constitutivo dos enunciados, acreditamos que o enunciado de fato é “pleno de tonalidades dialógicas” (BAKHTIN, 1997 [1953], p. 298) que alicerçam as relações humanas, na história. Argumentamos ainda em favor da ideia de que, quando se analisa um fenômeno linguístico isolado de seu

contexto, ou seja, de seu entorno sócio-histórico, desconsidera-se muito de sua ressonância sociocultural.

As reflexões de Bakhtin (1997 [1953]) e de seus companheiros de Círculo, tais como Volochinov e Medvedev, foram basilares para os estudos posteriores da atividade verbal em se tratando dos gêneros discursivos, sob diversas abordagens, em destaque as que tomam o gênero como um fenômeno que se localiza entre a língua, o discurso e as práticas sociais (MEURER, 2000), como os postulados da Análise do Discurso (AD) de orientação francesa.

Maingueneau (2008, p. 59), fortemente influenciado pelo pensamento bakhtiniano, postula que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, a um gênero”. Estas categorias correspondem às necessidades da vida cotidiana que devem ser levadas em conta pelo analista do discurso a partir das funções sociais a que estão ligadas: função lúdica, didática, informativa, opinativa etc. Assim, os gêneros são compreendidos como “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes” (MAINGUENEAU, 2008, p. 61), como vemos a seguir.

## **2. Os editoriais praticados pelo Jornal do Brasil e pelo Clarín dos séculos XX e XXI e sua caracterização genérica**

Ao refletirmos sobre os conceitos de gênero propostos por Bakhtin (1997 [1953]) e Maingueneau (2008), entendemos que o editorial de jornal só existe enquanto gênero na medida em que existem fatos sociais, empresas jornalísticas que necessitam/decidem opinar sobre tais fatos, tomados como material jornalístico do noticiário diário, bem como uma comunidade de sujeitos que se interessa pela leitura deste gênero e que o produz também. Instituições e enunciadores, dentre outros, são somente algumas instâncias do discurso jornalístico que integram as condições sócio-históricas dos gêneros nas mais diversas esferas da atividade

de humana, reconhecendo que a sociedade se caracteriza pelos gêneros que produz.

É inegável a importância que os gêneros têm exercido sobre os indivíduos ao longo do tempo. Em todos os momentos de nossa vida, deparamo-nos com situações de comunicação e, conseqüentemente, com a necessidade de “documentos” (gêneros discursivos) que possibilitam a interação e que estão presentes em todas as esferas da atividade humana. Neste estudo, em particular, ocupamo-nos dos editoriais, que se integram à esfera jornalística. Este e vários outros gêneros (artigo de opinião, carta do leitor, carta ao leitor etc.) são responsáveis pela interlocução entre os indivíduos nessa esfera comunicativa.

Maingueneau (2008) defende a existência de uma competência discursiva que capacita os sujeitos do discurso a identificar e a fazer uso dos mais diversos gêneros em circulação na sociedade. Há, ainda, uma competência genérica, no âmbito da competência discursiva, que os sujeitos desenvolvem ao longo da vida para que possam lidar com estes “dispositivos de comunicação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 61), caracterizados como espécies de rotinas que se adaptam às circunstâncias sociodiscursivas do cotidiano e que tendem a se estabilizar ao longo do tempo.

Integrando dimensões como propósito comunicativo, suporte material, enunciadores, dentre outros, os gêneros realizam-se como atividades sociais de linguagem fundamentalmente cooperativas e regidas por normas de uso previamente estabelecidas e a partir das quais interagem os parceiros da enunciação e os papéis por eles desempenhados. A esse respeito, segundo Maingueneau (2011, p. 87), no plano da enunciação:

Há gêneros de discurso cujas cenas de enunciação se reduzem à cena englobante e à cena genérica: o despacho administrativo ou os relatórios do especialista, por exemplo, se conformam às rotinas de uma cena genérica fixa. Outros gêneros de discurso têm maior

possibilidade de suscitar cenografias que se afastam de um modelo preestabelecido. Pode-se assim dividir os gêneros do discurso em uma linha contínua que teria como polos extremos: de um lado, os gêneros que se atêm a sua cena genérica, que não admitem cenografias variadas (a lista telefônica, as receitas médicas etc.) e, de outro, os gêneros que, por natureza, exigem a escolha de uma cenografia: é o caso dos gêneros publicitários, literários, filosóficos.

Como um dos inúmeros gêneros da mídia impressa, os editoriais são representantes dos gêneros midiáticos, compreendidos como dispositivos de comunicação específicos do jornalismo. Bonini (2003), em pesquisa realizada nos primeiros anos do século XXI, inventariou os inúmeros gêneros que circulavam nos jornais brasileiros da época. São exemplos dos gêneros então constatados por Bonini (2003) que seguem até os dias de hoje nas páginas dos jornais: notícias, entrevistas, reportagens, anúncios, cartas de leitor, artigos de opinião, editoriais, colunas assinadas etc. São exemplos de gêneros jornalísticos mais recentes os infográficos e os blogs. Importante lembrar que o surgimento de novos gêneros jornalísticos não ameaça o *status* dos editoriais. Ao contrário, cada vez mais eles têm marcado seu espaço na sociedade, o que podemos comprovar através dos meios de comunicação e de pesquisas que têm os editoriais como objeto de estudo.

Melo (1994, p. 62), por sua vez, propõe um modelo de classificação de gêneros jornalísticos em informativos e opinativos com base em dois critérios: o agrupamento dos textos pela intencionalidade determinante dos relatos e pela natureza estrutural destes. Assim, o estudioso propõe como exemplos de gêneros característicos do jornalismo informativo a nota, a notícia, a reportagem e a entrevista; por sua vez, são tomados pelo estudioso como exemplos de gêneros característicos do jornalismo opinativo o comentário, o artigo, a resenha, a coluna, a crônica, a carta e o editorial, dentre outros gêneros emergentes no contexto da mídia

jornalística virtual. Este ponto de vista corrobora o que pensamos em termos do estabelecimento do editorial no meio social.

Em complemento ao proposto por Melo (1994), advogamos que o critério definidor dos dois blocos de gêneros (os informativos e os opinativos) são, em essência, as sequências textuais que eles apresentam. Acreditamos que os gêneros do primeiro tipo são compostos, principalmente, por sequências narrativas e/ou expositivas, enquanto os gêneros do segundo tipo são compostos, predominantemente, por sequências argumentativas (em termos de características prototípicas). Essa forma de composição textual é relevante nos gêneros que a selecionam naturalmente, pois confere a tais gêneros um traço importante para o seu estabelecimento social. É o que ocorre com o editorial.

Sobre mesmo tema, Gomis (2008) destaca que, ao longo da história, o jornalismo se constitui como uma atividade que se realiza fundamentada em dois graus de necessidade comunicativa por parte de seus coenunciadores: a) quando necessitamos saber o que acontece (informação) e b) quando necessitamos saber o que se pensa sobre o que acontece (opinião). Essas duas formas estabelecem uma linha contínua na produção e na recepção de textos jornalísticos, considerando o jornalismo como uma das esferas da atividade humana mais influentes nos dias de hoje. Nesse sentido, destacamos o caráter argumentativo presente no gênero, mesmo que de natureza predominantemente explicativa.

Acreditamos, por exemplo, que, pelo modo como entrevistador e entrevistado (este último principalmente) lançam mão de argumentos para construir pontos de vista, a entrevista com debate de temas polêmicos deve ser entendida como um gênero de natureza opinativa. Em outros casos, em que o entrevistado oferece informações sobre dado tema ao entrevistador, como em entrevistas que se caracterizam pela prestação de serviço, por exemplo, este gênero assume, a nosso ver, feições informativas.

Assim, por apresentar uma face argumentativa em sua configuração, acreditamos que a entrevista seja um gênero informativo-opinativo, como outros do domínio jornalístico. Ainda a respeito da classificação dos gêneros jornalísticos em informativos e/ou opinativos, Gomis (2008, p. 115) destaca que:

No jornalismo, como método de interpretação sucessiva da realidade social, compete aos diferentes gêneros jornalísticos cumprir diferentes funções para responder também as diferentes necessidades sociais e satisfazê-las. A informação e o comentário são duas necessidades sociais diferentes. Necessitamos estar informados para saber o que passa e o que significa cada um dos fatos no conjunto dos acontecimentos atuais. Necessitamos comentar e emitir uma opinião sobre as coisas para saber em que podemos nos afetar ou o que podemos fazer para tirar proveito ou combatê-las eficazmente e evitar o mal que poderiam nos causar.

No discurso jornalístico, o editorial cumpre a função de apresentar à sociedade o ponto de vista da empresa sobre um assunto em pauta que suscite a necessidade de um posicionamento mais efetivo por parte do veículo de comunicação que o publica. É essencialmente opinião, mas também se compõem de informação, na medida em que toma fatos narrados como argumentos para a defesa de uma tese. Está, assim, no âmbito do comentário, da opinião (GOMIS, 2008), podendo assumir a forma de proposição de ações ou de emissão de juízo sobre o tema em debate.

O editorial integra, assim, o quadro de gêneros jornalísticos essencialmente opinativos, que têm ganhado cada vez mais espaço nos jornais em detrimento das formas de interatividade advindas dos meios de comunicação de massa, na medida em que os coenunciadores participam da construção da informação/opinião através de gêneros já consagrados, como as cartas de leitor, e de gêneros emergentes, como os comentários na WEB. Tradicionalmente publi-

cado na versão impressa de periódicos, com a era das tecnologias da informação, o gênero foi transplantando para a versão on-line dos jornais, fortalecendo a relação entre os editores e os leitores.

Em geral, o editorial de jornal corresponde à linha de pensamento do veículo sobre alguns temas de repercussão em dada época (ZAVAM, 2009), por isso acreditamos que este gênero muito diz a respeito do contexto sociocultural de um povo, pois reflete o inventário de fatos históricos e culturais da sociedade, retratados e analisados pela ótica de uma empresa de comunicação. Geralmente localizados nas páginas iniciais ou na seção “Opinião” de jornais e revistas, os editoriais têm o propósito de tornar pública a opinião de um veículo a respeito de temas que repercutem na opinião pública. Do ponto de vista linguístico, constrói-se a partir de técnicas de persuasão características da esfera jornalística, pelas quais se busca levar a cabo o objetivo de publicizar a opinião do periódico trazida à tona por uma voz institucional, caracterizando-se como um gênero da ordem do argumentar (DOLZ; SCHNEUWLY, 2004).

Incorporados à rotina dos jornais, os editoriais sofrem mudanças em sua política de publicação a depender das intenções do veículo que representam. Estão suscetíveis a estas intenções a periodicidade com que são publicados, a extensão, a configuração espacial, o tom, dentre outros, diferenciando-se dos artigos de opinião, em geral, “pela ausência de assinatura, o que configura a autoria institucional” (ZAVAM, 2009, p. 131) e pela posição que ocupam no jornal (geralmente, os editoriais estão dispostos nas primeiras páginas dos periódicos). Essa condição atende, em certa medida, a uma das funções atribuídas ao editorial: expressar, divulgar o pensamento, a ideologia da empresa.

Segundo o Novo Manual de Redação da Folha de São Paulo (2007, p. 13), o editorial é um “texto que expressa a opinião de um jornal” que não necessariamente dirige o noticiário, mas que, em geral, dita temas para reportagens. Passando por inúmeras mudanças desde os seus primórdios, o editorial contemporâneo

pode ser compreendido, em síntese, por apresentar, dentre outras, as seguintes características, como destaca Gomes (2007): (i) a topicalidade, através da expressão precisa de um tema em debate; (ii) a condensalidade, pelo uso de uma linguagem objetiva, mais afirmativa que demonstrativa; e (iii) a plasticidade, que dá flexibilidade à persuasão textual. Zavam (2009), por exemplo, dá notícias de editoriais que são publicados com assinaturas de sujeitos (e não de empresas jornalísticas, em nome de um editor) em jornais cearenses do século XIX. Do mesmo modo, dados do Projeto para uma História do Português Brasileiro (PHPB) dão notícias deste gênero, expresso com assinatura, em outras épocas da história do Brasil.

Respondendo pela linha editorial do jornal, ou seja, pela posição ideológica do veículo, os editoriais configuram-se como um gênero cujo embasamento “são os fatos, mas sua finalidade é a opinião, o questionamento, o juízo do jornalista”, já que a “forma discursiva que se usa fundamentalmente nestes gêneros é a argumentação” (GONZÁLEZ REYNA, 1991, p. 06 *apud* GOMES, 2007, p. 105), podendo ser classificados segundo os seguintes tipos:

(1) editorial informativo - também chamado de editorial expositivo, cita os fatos já mencionados na seção informativa, mas expressa o ponto de vista institucional;

(2) editorial explicativo - explica um acontecimento quando só a informação não é suficiente e assemelha-se ao expositivo;

(3) editorial interpretativo - necessita apresentar uma interpretação, requer que o jornalista seja justo, não exige conclusão e permite que o leitor tire suas conclusões;

(4) editorial polêmico - busca convencer o leitor sobre o ponto de vista proposto por meio de argumentos a favor ou contra um fato ou uma situação;

(5) editorial exortativo - denominado editorial de luta, apresenta ataques a determinadas situações e exige condutas específicas e espera a reação do público;

(6) editorial de campanha - também conhecido como editorial de ação, denuncia as políticas locais corruptas que necessitem de correção;

(7) editorial persuasivo - convence sutilmente com o uso de argumentos, posto que não pedem nem exortam;

(8) editorial de interesse humano - informa e diverte ao mesmo tempo, não se escreve com o propósito de convencer, mas de entreter. Distingue-se dos demais por ser mais pessoal que institucional.

Mesmo reconhecendo a validade da classificação proposta por González Reyna (1991), compreendemos que os tipos de editoriais publicados pelos periódicos variam de cultura a cultura, o que tornaria a lista muito mais extensa. Além do mais, cremos que um mesmo editorial pode-se apresentar segundo mais de um tipo dentre os apontados pela estudiosa. Gomes (2007), em pesquisa sobre textos de opinião da mídia pernambucana do século XIX ao século XXI, por exemplo, acrescenta a essa lista os editoriais de apresentação, vistos no primeiro número de jornais recém-inaugurados.

Graña González (1930 *apud* GOMIS, 2008, p. 180) argumenta que os tipos mais comuns de editoriais são os que se propõem a informar, aprofundar ou interpretar algo de amplo interesse social. Argumenta ainda que o mais comum de todos os editoriais, entretanto, é o que se propõe a induzir à ação, pois engloba os outros três tipos e evidencia o poder da força de um veículo de comunicação cuja argumentação deve ser contundente, sem ser necessariamente agressiva, pois os coenunciadores devem ser convencidos a concordarem com a tese defendida pelo jornal.

Apresentando propósitos comunicativos gerais como convencer, denunciar, interpretar, comentar, dentre outros, em uma estrutura mais ou menos recorrente sintetizada em: (i) título, (ii) introdução, com apresentação da tese central a ser defendida, (iii) desenvolvimento, com apresentação de argumentos que legitimem a tese lançada e (iv) conclusão, com proposição de encaminhamentos e/ou linhas de reflexão (GOMIS, 2008), acredita-se que os editoriais têm origem nas cartas, mais especificamente nas cartas de editores, passando pelos artigos e chegando à configuração sociodiscursiva que apresentam hoje (GOMES, 2007).

Ao longo do tempo, desde o seu surgimento, os editoriais marcaram-se por sua forte conotação sociopolítica que muito diz da identidade dos povos que o veiculam. Tétu (2002) destaca que o papel do editorial ultrapassa as linhas da informação porque visa prioritariamente a percepção do mundo. Como tal, os editoriais tornam-se fecundo material de análise de questões sociais, linguísticas e culturais dos povos, na história, fato que comprovamos quando analisamos os editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Clarín*, na pesquisa de onde extraímos este artigo. No âmbito do jornalismo opinativo, enquanto os artigos de opinião, as cartas e as colunas respondem à necessidade de saber o que pensam os leitores, especializados ou não, sobre os temas tratados em cada edição do jornal, o editorial é o dispositivo de comunicação de mais evidente influência de um veículo de comunicação sobre a sociedade. Gomis (2008, p. 185, tradução nossa) afirma que “os editoriais, quando a sessão funciona adequadamente, respondem a critérios formados – a uma linha editorial – e a certo contraste de opiniões”.

Fundado, desde a sua concepção, no debate e no contraste de pontos de vista, o editorial, mais que um gênero, é uma manifestação discursiva e um instrumento de influência do jornal. Enquanto complexos fenômenos de linguagem, os editoriais compõem a cena genérica de nosso objeto de pesquisa e apresentam elementos que compõem sua configuração sociodiscursiva.

## Considerações finais

Neste artigo, discutimos algumas questões importantes que circundam o gênero discursivo editorial, que circula entre os variados gêneros jornalísticos quer nos jornais impressos, quer nos virtuais, online.

As questões a que nos referimos têm sustentação na pesquisa de tese *Latinidade e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI: vestígios de mudança e traços de permanência* defendida em 2014, que se encontra disponível no repositório de tese da UFC e pode ser acessado em: [http://www.teses.ufc.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=12362](http://www.teses.ufc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=12362), na qual analisamos editoriais do Jornal do Brasil e do Clarín. A análise dos dados nos possibilitou chegar a constatações, no mínimo, curiosas.

A pesquisa reforçou o ponto de vista de que os editoriais, de modo geral, veiculam o pensamento, a ideologia da empresa, sob forma composicional que busca a adesão do leitor. O jornalista/editorialista tem o cuidado, o zelo e o respeito pelo seu leitor, no sentido de não impor sua forma de interpretação, compreensão dos fatos.

Outra questão importante refere-se ao fato de o editorial veicular fatos históricos e culturais sob a ótica da empresa jornalística a qual se vincula. Este gênero, que se localiza nas páginas iniciais do jornal, ou em seção própria de opinião, apresenta como propósito comunicativo convencer, denunciar, argumentar em defesa da opinião do órgão ou empresa que representa acerca de temas de interesse público, como política, economia etc.

Destacamos, ainda, um traço relevante deste gênero: seu caráter argumentativo expresso, em certa medida, pela presença da sequência argumentativa que lhe é peculiar. Reconhecemos, porém, que outras sequências, como a narrativa e a expositiva, também se prestam à composição do editorial, em diálogo com o caráter argumentativo que lhe é predominante. Além da sequência

argumentativa, destacamos outros traços que lhe são inerentes: objetividade da linguagem, plasticidade no uso dos recursos linguístico-discursivos, diferentes formas de composição textual, usadas para atingir à persuasão.

Por fim, o editorial pode ser considerado o dispositivo de comunicação que exerce grande influência na sociedade, o que nos autoriza a afirmar que, mais que um gênero, o editorial constitui-se como uma prática discursiva que influencia a opinião pública através da percepção do jornal.

## Referências

- BAKHTIN, M. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997 [1953].
- BONINI, A. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão/SC, v. 4, n. 1, jul./dez. 2003. Disponível em: <[http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem\\_Discurso/article/view/263/277](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/263/277)>. Acesso em: 15 jan. 2014.
- DOLZ, J.; SCHNEUWLY, B. *Gêneros orais e escritos na escola*. São Paulo: Mercado de Letras, 2004.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Novo manual de redação*. 2007. Disponível em: [http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual\\_redacao.htm](http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm). Acesso: 18.12.13.
- GOMES, V. S. *Traços de mudanças e de permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 2007. 314 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.
- GOMIS, L. *Teoría de los géneros periodísticos*. Barcelona: Editorial UOCpress, 2008.
- GONZÁLEZ REYNA, S. *Géneros periodísticos: periodismo de opinión y discurso*. México: Trilhas, 1991.
- GRAÑA GONZÁLEZ, M. *La escuela de periodismo*. Madrid: Programas y Métodos, 1930.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2011, p. 69-92.
- MELO, J. M. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.

- MEURER, J. L. *et al.* (Orgs.) *Gêneros: teoria, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005.
- SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.
- ZAVAM, A. S. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de Tradição Discursiva: um estudo com editoriais de jornais*. 2009. 420 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.